

Finanças da EU (II): Novos Recursos Próprios

Alexandre Oliveira Nº I58908

Hugo Santos Nº I58825

Tatiana Freire Nº I58868

Docente: João Carlos Lopes | 2º Semestre | 1º Ano



Contexto Histórico

1950

- Declaração Schuman
- Propõe a ideia de que a eclosão de um novo conflito militar entre os dois Estados poderia ser evitada através do controlo da produção do carvão e do aço
- República Federal da Alemanha, Itália, Países Baixos, Bélgica, Luxemburgo e França responderam favoravelmente
- A declaração Schuman, definiu bases da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, tratado que foi assinado pelos países incentivando para a integração europeia

1951

- Tratado de Paris
- A primeira das três Comunidades Europeias, colocando dependência da Alta Autoridade da CECA o desenvolvimento da produção do carvão e do aço da Europa dos seis.

Jean Monnet - Consultor Económico e
Político Francês



Robert Schuman - Ministro dos
Negócios Estrangeiros Francês

Contexto Histórico

Artigo 49º do Tratado fundador da CECA

A Alta Autoridade está habilitada a obter os fundos necessários para o desempenho da sua missão:

- Estabelecendo taxas sobre a produção de carvão e produção de carvão e aço;
 - através da contratação de empréstimos.
- Pode receber gratuitamente.

Article 49

La Haute Autorité est habilitée à se procurer les fonds nécessaires à l'accomplissement de sa mission :

- en établissant des prélèvements sur la production de charbon et d'acier ;
 - en contractant des emprunts.
- Elle peut recevoir à titre gratuit.

Contexto Histórico

Artigo 50º do Tratado fundador da CECA

Identificavam as categorias de despesas que as imposições deveriam financiar, definindo anualmente uma taxa sobre os diferentes produtos em função ao valor médio.

Article 50

1. Les prélèvements sont destinés à couvrir :

- les dépenses administratives prévues à l'article 78 ;
- l'aide non remboursable prévue à l'article 56, relatif à la réadaptation ;
- en ce qui concerne les facilités de financement prévues aux articles 54 et 56 et après appel au fonds de réserve, la fraction du service des emprunts de la Haute Autorité éventuellement non couverte par le service de ses prêts, ainsi que le jeu éventuel de sa garantie aux emprunts sous-crits directement par les entreprises ;

— les dépenses consacrées à l'encouragement de la recherche technique et économique dans les conditions prévues au paragraphe 2 de l'article 55.

2. Les prélèvements sont assis annuellement sur les différents produits en fonction de leur valeur moyenne sans que le taux en puisse excéder 1 p. 100, sauf autorisation préalable du Conseil prise à la majorité des deux tiers. Les conditions d'assiette et de perception sont fixées, en évitant dans toute la mesure possible les taxations cumulatives, par une décision générale de la Haute Autorité prise après consultation du Conseil.

3. La Haute Autorité peut prononcer, à l'encontre des entreprises qui ne respecteraient pas les décisions prises par elle en application du présent article, des majorations de 5 p. 100 au maximum par trimestre de retard.

1957

- O sistema de financiamento mudou quando a CECA foi substituída pela Comunidade Económica Europeia (CEE) pelo Tratado de Roma. Sem dispor de recursos próprios, o financiamento da CEE dependia de uma combinação de impostos e contribuições dos seis Estados-Membros fundadores.

Contexto Histórico

ARTICLE 201

La Commission étudiera dans quelles conditions les contributions financières des États membres prévues à l'article 200 pourraient être remplacées par des ressources propres, notamment par des recettes provenant du tarif douanier commun lorsque celui-ci aura été définitivement mis en place.

A cet effet, la Commission présentera des propositions au Conseil.

Le Conseil statuant à l'unanimité, pourra, après avoir consulté l'Assemblée sur ces propositions, arrêter les dispositions dont il recommandera l'adoption par les États membres conformément à leurs règles constitutionnelles respectives.

Artigo 201º

A Comissão estudará em que condições as contribuições financeiras dos Estados-Membros previstas no artigo 200º poderão ser substituídas por recursos próprios, nomeadamente por receitas da pauta aduaneira comum, quando esta estiver definitivamente instituída.

Para o efeito, a Comissão apresentará propostas ao Conselho.

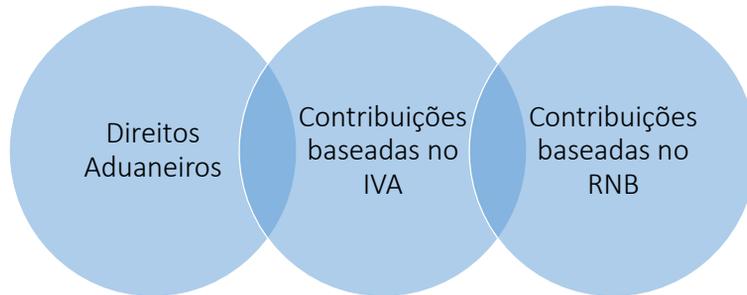
O Conselho, deliberando por unanimidade, pode, após consulta da Assembleia sobre estas propostas, adotar as disposições que recomenda para adoção pelos Estados-Membros de acordo com as respetivas normas constitucionais

Contexto Histórico

- Os recursos próprios são definidos como receitas afetadas à Comunidade de forma irrevogável, com o intuito de financiar o seu orçamento, sem que seja necessária uma decisão posterior por parte das autoridades nacionais.
- O surgimento dos recursos próprios à Comunidade Económica Europeia, prevista no tratado, só foi concretizada depois do Compromisso de Luxemburgo em 1966. Criaram uma lista de recursos próprios e definiram os limites máximos para a dotações de autorizações e pagamentos.

Compromisso do Luxemburgo: após uma crise política, a França retoma o seu lugar no Concelho, em contrapartida da manutenção da regra da unanimidade em situações de "interesses nacionais de grande importância"

Recursos Próprios



Recursos Próprios - Direitos Aduaneiros



Atualmente são os **únicos recursos próprios tradicionais** do orçamento da UE;



Aplicados sobre as **importações de fora** da UE;



Os Estados-Membros são os responsáveis pela cobrança destes direitos aduaneiros;



Estes recursos são colocados à disposição da Comissão;



A Comissão, em conjunto com as administrações dos Estados-Membros, encarrega-se de garantir que a cobrança é realizada em conformidade com a legislação aduaneira da UE.

Recursos Próprios - Contribuições Nacionais

- Corresponde a uma percentagem cobrada sobre a matéria coletável do IVA de cada país;
- O recurso próprio baseado no IVA foi simplificado para reduzir os encargos administrativos para as administrações da UE e dos Estados-Membros;
- A matéria coletável do IVA de cada país é limitada a 50 % da base do RNB de cada país;
- É aplicada à matéria coletável do IVA em cada Estado-Membro uma taxa de mobilização uniforme de 0,3 %.

Recursos Próprios - Contribuições Nacionais

- É a maior fonte de receitas do orçamento da EU.
- Garante que todas as despesas acordadas são suficientemente cobertas por receitas, garantindo, assim, que o orçamento da UE está sempre equilibrado.
- O valor das contribuições varia de ano para ano, de acordo com as receitas globais necessárias para cobrir as despesas, depois de ter em conta os montantes provenientes dos direitos aduaneiros, das contribuições baseadas no IVA e de outras fontes.

Surgimento dos Novos Recursos Próprios

- No seguimento da pandemia de COVID-19, uma grave crise económica assolou todo o planeta, a UE criou a NextGenerationEU, um pacote (o maior pacote já alguma vez criado) com o intuito de estimular a economia, financiado pelo orçamento da EU.
- A 16 de Dezembro de 2020 a União Europeia traçou um roteiro para a introdução dos novos recursos próprios da NextGenerationEU.



Plástico

- Objetivo de incentivar os Estados-Membros a reduzir os resíduos de embalagens e que promova a transição da Europa para uma economia circular mediante a aplicação da Estratégia Europeia para os Plásticos.
- Os Estados-Membros têm a possibilidade de definir as políticas mais adequadas para reduzir a poluição causada pelos resíduos de embalagens de plástico em aplicação do princípio da subsidiariedade (Artigo 5.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia) .
- Será aplicada uma taxa uniforme de 0,80 euros por quilograma ao peso dos resíduos de embalagens de plástico que não são reciclados, com um mecanismo corretor destinado a evitar contribuições excessivas.

Carbono

- **Mecanismo de ajustamento carbónico fronteiriço:**
- O objetivo deste mecanismo passa incentivar os produtores dos países terceiros a tornar os seus processos de produção mais ecológicos. Coloca um preço do carbono nas importações, que corresponde ao que seria pago se os bens tivessem sido produzidos na EU;
- 75% das receitas do mecanismo de ajustamento carbónico serão transferidos para o orçamento da EU.

RCLE- UE

- Sistema de comercialização de licenças de emissão da EU (RCLE-UE). Ou seja, é o mercado onde as empresas compram ou recebem licenças de emissão de carbono. O RCLE é um instrumento fundamental para União Europeia, através dele, a UE consegue reduzir as emissões de gases com efeitos de estufa e assim contribuir para o grande objetivo de uma economia mais verde.

Reforma da Tributação das Sociedades

- Com o objetivo de combater a elisão fiscal e garantir que os lucros são tributados onde se processa a atividade económica e a criação de valor.
- Um recurso próprio que irá ser equivalente a 15% da parte dos lucros residuais das empresas multinacionais e grandes grupos nacionais da EU que tenham receitas financeiras combinadas superiores a 750 milhões de euros por ano.

Objetivos dos Novos Recursos Próprios

- Os novos recursos próprios i pedirão que os reembolsos no âmbito do pacote NextGenerationEU possam dar origem a cortes indevidos a programas da UE ou a um aumento excessivo das contribuições dos Estados-Membros.
- Apoiar a recuperação económica e ajudar a construir um futuro mais ecológico (Pacote Objetivo 55 – Lei Europeia de Clima, com o objetivo da UE reduzir as emissões em pelo menos 55% até 2030, uma obrigação legal, de forma a alcançar a neutralidade climática da EU até 2050).



Roteiro para a introdução de novos recursos próprios do orçamento da UE

OBRIGADO!